

Vantagens e desvantagens da pecuária no Brasil segundo atores da cadeia produtiva de carne bovina

Advantages and disadvantages of livestock farming in Brazil, according to beef chain actors

Nelson Roberto Furquim*

Denise Cavallini Cyrillo**

321

Artigo Original • Original Paper
O Mundo da Saúde, São Paulo - 2013;37(3):321-328

Resumo

Este estudo objetivou identificar as vantagens e desvantagens de se produzir carne bovina para o mercado doméstico e para exportação, segundo a percepção dos atores da cadeia produtiva no Brasil. Para tanto, foi utilizada a metodologia qualiquantitativa do Discurso do Sujeito Coletivo, ferramenta que possibilita representar a opinião coletiva sobre um dado tema. A pesquisa de campo baseou-se em uma amostra de trinta e quatro indivíduos, de ambos os sexos, em sua maioria com alto grau de escolaridade, pertencentes a cinco diferentes categorias de atores relacionadas à atividade pecuária de corte no Brasil: pecuaristas, frigoríficos, empresas certificadoras, associações de classe e órgãos governamentais de regulação e inspeção. Os resultados indicaram que os pecuaristas percebem mais desvantagens do que vantagens em se produzir carne bovina para exportação, especialmente pelo fato de que são os frigoríficos que estabelecem os preços nas transações domésticas. Além disso, sugerem também que a carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico é pior do que aquela destinada à exportação, reconhecendo-se também a segmentação do mercado interno, com exigências de qualidade diferenciadas.

Palavras-chave: Carne. Indústria Agropecuária. Legislação.

Abstract

This study aimed at identifying the advantages and disadvantages of beef production for the domestic market and for export according to the perception of the production chain actors in Brazil. For that purpose, the qualiquantitative methodology of the Collective Subject Discourse was used. This tool allows the representation of a collective opinion about a specific subject. The field survey sample was composed of thirty-four individuals, both male and female, most of them with high education background, belonging to five different actor categories related to cattle growing in Brazil: farmers, slaughter houses, certifying companies, class associations and regulatory governmental entities. The results indicated that farmers perceive more disadvantages than advantages in producing beef for export, especially due to the fact that the slaughter houses establish the prices in the domestic transactions. Besides that, the results suggest that the Brazilian beef for the domestic market is worse than that for export. A segmentation of the domestic market is also known, with differentiated quality requirement.

Keywords: Meat. Livestock Industry. Legislation.

Baseado na tese "Furquim NR. Alimento seguro: análise do ambiente institucional para oferta de carne bovina no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2012". Orientadora: Denise Cavallini Cyrillo.

* Engenheiro de Alimentos. Doutor em Nutrição Humana Aplicada – PRONUT/USP. Professor Assistente Doutor do curso de Administração (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA) e do curso de Nutrição (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS) da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo-SP, Brasil. E-mail: nrfurquim@usp.br

** Economista. Livre-docente. Professora Associada do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Departamento de Economia.

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

INTRODUÇÃO

Problemas relacionados à segurança de alimentos, associados à saúde animal, como a gripe aviária e a “doença da vaca louca” (Encefalopatia Espongiforme Bovina - BSE), ganharam destaque a partir dos anos 1990 e acabaram por influenciar não apenas a percepção dos consumidores acerca da qualidade de produtos alimentícios derivados de animais, mas também a política de comércio internacional de vários países. A União Europeia (UE), por exemplo, criou uma série de exigências a serem cumpridas pelos produtos importados pela região, em virtude dos episódios internacionais que envolveram a comercialização de carne bovina contaminada¹.

Nesse contexto é que o Brasil, para exportar para países que exigem rastreabilidade na cadeia produtiva de carne bovina, desenvolveu e implantou, em 2002, o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina^a: o SISBOV^{1,3,4}.

A adesão ao SISBOV é obrigatória para exportadores de carne bovina a países que exigem rastreabilidade e voluntária para os produtores voltados para outros mercados, inclusive para o nacional³. A adesão implica investimentos em um conjunto de controles e de tecnologias de informação no elo de criação de animais da cadeia produtiva da carne bovina, elevando a complexidade da gestão da atividade pecuária e seus custos no âmbito dos pecuaristas. O funcionamento do sistema, por outro lado, necessita de coordenação e controle em nível nacional, tendo-se em conta o tamanho do rebanho, a heterogeneidade da produção e a sua distribuição geográfica, dadas as dimensões continentais do país⁵.

Furquim e Cyrillo⁶ já demonstraram que a estrutura do SISBOV pode gerar os dados e as documentações exigidas pelas regras da UE e demais mercados que exigem rastreabilidade na cadeia produtiva de carne bovina. Contudo, sua existência não impediu o embargo das exportações de carne brasileira em 2005 pela UE⁷, nem a queda do nível das exportações nacionais desse produto na segunda metade da década de 2000⁸. Tampouco impediu o questionamento da qualidade da carne brasileira, e o anúncio de suspensão das importações por par-

te do Japão, África do Sul e China ante a constatação de um caso isolado de animal contaminado pela BSE, no Paraná, em 2010, comprovado, entretanto, somente no final de 2012⁹.

Fato é que a pecuária brasileira é desenvolvida em um ambiente institucional complexo, que busca facilitar o acesso à informação, visando ao aumento da participação no comércio internacional, com uma baixa adesão dos pecuaristas brasileiros ao SISBOV¹⁰. Nesse contexto, a pergunta relativa às razões dessa baixa adesão está em aberto. Seria a carne brasileira de baixa qualidade, e não competitiva para atender a demanda internacional? Não haveria vantagens na produção para exportação? Seria o SISBOV um sistema inadequado, do ponto de vista dos pecuaristas? O presente trabalho investigou a opinião dos atores econômicos envolvidos na cadeia produtiva de carne bovina acerca das duas primeiras questões, ficando para outra oportunidade o exame da opinião desses atores acerca do papel do SISBOV.

Assim, o objetivo deste estudo foi identificar vantagens e desvantagens da atividade pecuarista de corte, para o mercado doméstico e internacional, segundo a opinião dos principais atores da cadeia produtiva no Brasil, a saber: pecuaristas, frigoríficos, empresas certificadoras, associações de classe e órgãos de inspeção e regulação.

MÉTODO

O presente estudo baseou-se na aplicação da metodologia qualiquantitativa do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em uma maneira de representar a opinião coletiva sobre um dado tema ou fenômeno presente em determinada formação sociocultural¹¹.

Assim, para se obter o pensamento coletivo, os indivíduos são convocados individualmente a exporem sua opinião, isento da pressão psicossocial do grupo. Para essa finalidade, a metodologia do DSC opera a categorização das respostas obtidas, por meio da identificação de temas ou assuntos, com as seguintes figuras metodológicas: Expressão-chave (EC) e Ideia Central (IC), utilizadas no processamento dos depoimentos e na obtenção dos Discursos do Sujeito Coletivo¹¹.

a. Atualmente, esse sistema é denominado Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos², com a mesma sigla.

Foram definidos, intencionalmente, os seguintes grupos de agentes econômicos envolvidos na atividade pecuária de exportação, que constituíram uma amostra não probabilística¹², de conveniência¹³, por adesão espontânea: pecuaristas donos de propriedades rurais de qualquer tamanho; criadores de gado de corte para fornecimento a frigoríficos; frigoríficos afiliados à Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC); empresas certificadoras envolvidas na certificação de fazendas de gado de corte destinado à exportação; associações e entidades de classe relacionadas diretamente com atores da cadeia produtiva de carne bovina; órgãos governamentais brasileiros voltados para inspeção e controle de alimentos, incluindo carnes e derivados, como o MAPA e o MS.

Adotou-se como critério de exclusão para esta pesquisa a eliminação de respostas que não tivessem relação com a pergunta proposta, bem como respondentes que não pertencessem às categorias selecionadas.

Fez-se uso da via eletrônica para envio do convite à pesquisa e das informações e orientações para preenchimento do questionário, utilizando-se o *software QLQT On-line*, versão 1.0. A participação dos entrevistados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2011. No presente artigo, são analisadas as respostas às duas questões relacionadas às vantagens e desvantagens da pecuária de corte no Brasil.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da Universidade de São Paulo (USP), sob parecer CEP/FCF/146/2011, protocolo CEP/FCF/595.

RESULTADOS

O estudo baseou-se em uma amostra de 34 indivíduos (cerca de 8,0% do total de convites enviados), pertencentes a cinco diferentes categorias de atores relacionadas à atividade pecuária de corte no Brasil. Dentre os respondentes, 85% eram do sexo masculino, 47,0% eram pecuaristas, e 97% possuíam nível superior ou mais, denotando um alto grau de escolaridade, reiterado pela formação profissional dos mesmos, em

sua maioria médicos veterinários / zootecnistas (41,0%), seguidos por engenheiros (24,0%).

A amostra possuía, portanto, as qualificações e conhecimentos necessários para discutir as questões propostas sobre as vantagens e desvantagens da produção de carne bovina para o mercado doméstico e para exportação, e acerca da qualidade da carne brasileira.

Em seguida, são apresentados os discursos construídos a partir das respostas enviadas eletronicamente pelos atores, que concordaram em participar do estudo.

Vantagens e Desvantagens de ser um pecuarista

O primeiro aspecto investigado referiu-se a percepção dos participantes acerca das vantagens e desvantagens de ser um pecuarista no Brasil. A pergunta proposta foi: "O que o Sr(a). pode dizer sobre as vantagens e desvantagens de ser um produtor de carne bovina para exportação e para o mercado doméstico?". Das 34 respostas recebidas, foi possível extrair 60 ideias, que foram agrupadas em cinco categorias de Ideias Centrais (IC), 43,0% relacionadas a uma visão desfavorável acerca da pecuária de corte para exportação e 30,0% favorável. Em relação ao mercado doméstico, a maior proporção foi relativa à percepção positiva (13,3% do total de respostas), e apenas 6,7% das respostas foram interpretadas como visão negativa da atividade voltada para o mercado doméstico.

Os discursos construídos em torno de cada uma das categorias de IC identificadas sobre as vantagens e desvantagens da atividade são reproduzidos a seguir, bem como a respectiva Frequência Absoluta (FA) e Frequência Relativa (FR) das respostas.

DSC A – Desvantagens em produzir carne bovina para exportação (FA: 26; FR: 43,3%)

Não vejo vantagem em exportar, não pagam mais por isso, raramente são oferecidos sobrepços, inclusive para animais rastreados. O produtor não recebe subsídios como em outros países, não é valorizado perante os frigoríficos, que não compram no quilo vivo e muitas vezes enfeitam os preços, mas não existe diferencial. Eventualmente, ocorreu

no passado, mas ultimamente não tem havido compensações. Os preços estão sempre 'na mão' dos frigoríficos e das grandes indústrias habilitadas para exportação. O mercado externo é apenas para os que se dispuserem a ter seu gado 'rastreado', e isso traz custos, como os custos de certificação, sem contar a burocratização e a falta de preparo da equipe governamental, além do fato de que o boi brasileiro não está muito competitivo atualmente, devido ao alto custo Brasil.

DSC B – Vantagens em produzir carne bovina para exportação (FA: 18; FR: 30,0%)

Percebo vantagens na produção de carne bovina para exportação, pois pode gerar maiores margens e ter melhores preços. Uma vez certificado, mais oportunidades de colocar o meu produto em mais mercados, atendendo às exigências da comunidade europeia, um mercado sabidamente qualificado e que paga muito mais. Além disso, ser exportador é prova de que a propriedade está de acordo com a legislação, que o rebanho está sob controle, com maior nível tecnológico e maior produtividade, com retorno financeiro.

DSC C – Desvantagens em produzir carne bovina para o mercado doméstico (FA: 4; FR: 6,7%)

Não vejo vantagens em produzir carne bovina para o mercado doméstico, pois os preços pagos pelos animais são baixos e influenciados por indústrias de grande porte, as margens de lucro são pequenas, e não há valores diferenciados para cortes nobres da carne.

DSC D – Vantagens em produzir carne bovina para o mercado doméstico (FA: 8; FR: 13,3%)

Vejo vantagem em produzir carne bovina para o mercado interno por ser um mercado disponível a todos os produtores, com sistema de produção mais simples e com menores custos, menos exigências e menos controles. Posso dizer também que no mercado interno os abatimentos são feitos em frigoríficos de pequeno e médio porte, há

garantia de estabilidade do preço da arroba do animal e há menos riscos de calotes.

DSC E – Não opinou (FA: 4; FR: 6,7%)

Não posso dizer nada acerca das vantagens e desvantagens de produzir carne bovina para exportação e para o mercado doméstico, pois não sou produtor de carne bovina.

Qualidade da carne brasileira

O segundo questionamento referiu-se à percepção dos participantes quanto às diferenças de qualidade da carne produzida no Brasil, segundo o mercado de destino. Para esse assunto a pergunta foi: "Como o Sr(a). compara a carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico em relação à carne para exportação?".

Observa-se que, nessa pergunta, as respostas foram mais objetivas, pois foram extraídas apenas 36 ideias (para 34 respondentes). O exame da tabela demonstra que existe uma avaliação negativa da qualidade da carne destinada ao mercado interno – mais de 47,0% das respostas afirmaram que a carne para exportação é melhor do que a comercializada domesticamente. Uma proporção significativa, porém, admitiu uma igualdade da qualidade dos produtos para os dois mercados (38,9%).

A seguir, são apresentados os DSCs construídos a partir das falas que compõem as seis categorias de IC derivadas das respostas sobre a qualidade da carne produzida, bem como a Frequência Absoluta (FA) e Frequência Relativa (FR) das respostas.

DSC A – A carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico é melhor que a carne bovina para exportação (FA: 1; FR: 2,8%)

A carne bovina ofertada no mercado interno, para mim, tem qualidade. Para exportação envia-se qualquer animal, sem qualidade alguma de carcaça.

DSC B – A carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico é igual à carne bovina para exportação (FA: 14; FR: 38,9%)

Em minha opinião, a carne é a mesma, não há diferença. Tanto uma como outra são de ótima qualidade e seguras, a única diferença está nos cortes e na embalagem. O Brasil,

pela própria pressão internacional, aprimorou e muito seu controle na segurança dos alimentos, e o mercado brasileiro também está cada vez mais exigente. Com isso, hoje, as carnes destinadas aos dois mercados possuem a mesma qualidade. Todos os frigoríficos são fiscalizados pelo SIF, e todos aqueles que estão habilitados a exportar também podem fornecer produtos para o mercado interno. Portanto, as carnes se equiparam em relação a aspectos sanitários.

DSC C – A carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico é pior que a carne bovina para exportação (FA: 17; FR: 47,2%)

Posso dizer que a carne destinada ao mercado doméstico é inferior à exportada, com certeza. Uma é de grife e a outra é de cantina. As exigências aplicadas à carne destinada ao mercado interno, como ocorre em qualquer país menos desenvolvido, são bem menores se comparadas àquelas aplicadas à carne destinada à exportação para a UE. A carne exportada é melhor e mais padronizada. Já no mercado interno o fator preço pesa mais que qualidade. Para o consumo interno não fica coisa boa, e o que fica é destinado para grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Os frigoríficos envolvidos com exportação possuem elevado nível tecnológico, devido ao atendimento às exigências dos países importadores. No mercado doméstico, metade do abate nacional é feito em frigoríficos que não possuem nem sequer a Inspeção Federal, portanto, não se sabe como são fiscalizados o abate e a produção, tampouco com que critérios os animais são comprados. A qualidade deveria ser para todos. O brasileiro tem de aprender a ser mais exigente com o que lhe é oferecido. Há muitos mercados internacionais e muitos padrões de exportação, com diferentes características e exigências. Acredito que no Brasil também se poderiam usufruir as vantagens de se comprar carne com garantia de origem, assim como ocorre com os europeus. Para isso, basta vontade política, associada ao atendimento dos interesses

comerciais, legítimos, das grandes redes de varejo no país.

DSC D – O mercado doméstico possui dois segmentos, um em que a qualidade da carne é melhor e outro em que é pior (FA: 2; FR: 5,6%)

No mercado interno há produtos com diferentes níveis de qualidade, que atendem consumidores de diferentes classes sociais e exigências. Portanto, não considero que o mercado de carne bovina seja segmentado em apenas duas cadeias, uma para exportação e outra para o mercado interno. É importante que a cadeia da carne evolua para um padrão mínimo de qualidade, independentemente de atender ao mercado interno ou ao externo. Se o setor quer evoluir, não pode mais conviver com produtos que são comercializados em feiras livres, sem origem e controle sanitário. Poder comer carne já representa um importante progresso para muitos consumidores brasileiros. Consumidores com maior nível de escolaridade e maior poder aquisitivo exigem produtos de melhor qualidade.

DSC E – Sem opinião sobre a carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico em relação à carne bovina para exportação (FA: 2; FR: 5,6%)

Não posso opinar, pois não conheço a carne exportada e nunca comi carne destinada à exportação. Mas tenho absoluta certeza de que toda produção brasileira poderia ser destinada à UE. Com avanços genéticos e investimentos na melhoria do gado, pode-se atingir qualquer mercado, desde que com regras claras.

DISCUSSÃO

Em relação às vantagens e desvantagens da pecuária, constatou-se um discurso que indica muito mais desvantagens em produzir para exportação (cerca de 43,0% das respostas) do que para o mercado doméstico. O principal motivo externado para essa posição é que não se paga sobrepreço para os animais rastreados cuja carne é destinada ao mercado externo. Também são

apontados custos de produção adicionais, inerentes à rastreabilidade, em linha com a perspectiva discutida na literatura^{4,14}.

Verificou-se, também, um discurso com uma percepção positiva acerca da produção para exportação, fundamentada na geração de maiores margens e melhores preços, pagos tanto aos pecuaristas como aos frigoríficos. Tal visão parece característica de outros atores da cadeia produtiva e não de pecuaristas. Ou ainda, de produtores com maior poder de barganha junto aos frigoríficos, ou seja, proprietários de empresas de maior porte. Isso, de certa forma, é corroborado por outro aspecto apontado, relacionado à gestão mais eficiente da produção. Foi mencionado que os produtores de carne habilitados para exportar possuem maior controle sobre o rebanho e sobre o processo produtivo, com ganho de produtividade e retorno financeiro. A esse respeito, em trabalho de revisão, alguns autores apontam os ganhos de produtividade e de qualidade da carne derivados do aprimoramento das práticas de manejo, corroborando implicitamente a ideia de que a certificação das fazendas e a identificação individual dos animais promovem a diferenciação do produto, com potencial aumento de valor¹⁵.

Em relação às vantagens da produção para o mercado doméstico, dois discursos contraditórios foram identificados. Um enaltecendo o mercado interno justamente por ser acessível a todos os produtores, menos exigente, com menos controles e menores custos – se comparado à produção para exportação –, com garantia de estabilidade do preço da arroba do animal vivo e menores riscos de prejuízos. Outro, destacando o papel oligopsonista dos frigoríficos, pressionando as margens de lucro dos pecuaristas^{16,17}.

É interessante notar que a queixa contra o poder de mercado dos frigoríficos surge tanto em relação à carne para exportação como para aquela destinada ao mercado doméstico. De fato, a contradição dos discursos, provavelmente, se explica pela presença na amostra de atores antagônicos: pecuaristas e frigoríficos.

Aliás, em meados de 2012, o poder de mercado dos frigoríficos foi exposto em cartas de associações de classe de pecuaristas de algumas regiões brasileiras, denunciando o uso de dinheiro

público (financiamentos do BNDES^b) como forma de favorecer a concentração no segmento de frigoríficos, com implicações sobre a redução do preço da arroba recebido pelos pecuaristas^{18,19}.

No que tange à qualidade, aproximadamente 39,0% das respostas indicaram que as carnes destinadas aos dois mercados são iguais, seguras e têm a mesma qualidade, uma vez que o mercado brasileiro estaria cada vez mais exigente. Segundo os respondentes, todos os frigoríficos brasileiros são fiscalizados pelo SIF (Sistema de Inspeção Federal), habilitando-os a produzir tanto para o mercado externo como para o mercado doméstico, e, assim, a carne ofertada em ambos os mercados se equipararia em termos sanitários.

Por outro lado, em 47,0% do total das respostas, os participantes apontam que a carne bovina ofertada no mercado doméstico é pior do que aquela destinada à exportação. Na medida em que o SISBOV, que, implicitamente, visa à garantia da qualidade, não é obrigatório para a produção doméstica, fica evidenciado que as exigências aplicadas à carne destinada a esse mercado são menores, ao mesmo tempo em que a demanda interna privilegia o preço em detrimento da qualidade. Outra característica do mercado doméstico mencionada pelos atores da amostra é a ocorrência de abates clandestinos, realizados em frigoríficos sem inspeção federal, o que, sem dúvida, não favorece uma oferta de carne de melhor qualidade. Fato recorrente na imprensa nacional, a interdição de matadouros clandestinos impacta negativamente tanto a oferta doméstica, como as exportações de carne bovina²⁰.

Atenuando em certa medida a percepção de um produto de pior qualidade para o mercado doméstico, em 6,0% das respostas apareceram comentários referentes à segmentação do mercado brasileiro, atendendo consumidores de diferentes classes sociais e diferentes níveis de exigência. Segundo esses respondentes, os próprios consumidores, à medida que alcançam maior poder aquisitivo e nível de escolaridade, demandam produtos com melhor qualidade. A melhora da distribuição de renda, e a redução da população em extrema miséria como decorrência do aumento real do salário mínimo e da expansão de programas sociais como o Bolsa Família²¹, sem

b. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

dúvida, contribuíram para o desenvolvimento de uma demanda por maior variedade e mais qualidade. Contudo, ainda existe uma parcela que não tem acesso aos produtos de maior qualidade.

Essas visões se contrapõem à ação reguladora do Estado, responsável pelas normas técnicas de segurança sanitária dos alimentos produzidos no país. O Brasil possui ampla legislação tratando da fiscalização de alimentos²², de rotulagem²³, e de rastreabilidade³, porém os problemas de fiscalização são frequentes, como apontado em acusação feita pela Associação Brasileira dos Frigoríficos, contra a falta de fiscalização local²⁴.

O MAPA^c, assim como a ANVISA^d, detém a responsabilidade sobre as normas técnicas de segurança sanitária dos alimentos ofertados no Brasil, inclusive da carne bovina, revisando-as constantemente, buscando o seu aprimoramento e a garantia de alimentos seguros. As dificuldades do setor talvez residam na falta de *enforcement* da política. Uma fiscalização efetiva, com punições críveis e transparência, que superem a complexidade inerente da cadeia, desde a sua dispersão geográfica, aos problemas de assimetria de informações entre os diferentes participantes, especialmente entre pecuaristas e frigoríficos¹⁶, é fundamental para o desenvolvimento do setor, consolidação do país como grande exportador de carne bovina, e para a garantia de carne segura para o mercado interno.

É fato que essa assimetria foi abrandada na perspectiva dos frigoríficos com o advento do SISBOV, contudo foi acentuada na perspectiva dos pecuaristas. Como fica claro pelos discursos, os pecuaristas que buscam a exportação ficam reféns dos frigoríficos, que possuem o poder

de estabelecer o preço da carne nas transações domésticas, pois as informações sobre os preços internacionais e sobre a demanda externa não alcançam os produtores ou simplesmente são desconsideradas nas transações domésticas pelo elo mais forte.

De fato, o grande número de pecuaristas, dispersos por todo o território brasileiro, ante o número reduzido de frigoríficos¹⁰, configura uma situação de oligopsônio^{17,25}, que foi ressaltada pelos respondentes, no tocante à formação do preço doméstico.

CONCLUSÃO

A carne bovina tem destaque no agronegócio brasileiro, com elevada participação no PIB e nas exportações brasileiras, além de ser um alimento de comprovada importância nutricional.

O objetivo deste estudo foi examinar a percepção dos atores da cadeia de carne bovina acerca das vantagens e desvantagens de se produzir para o mercado doméstico e para o de exportação.

Por meio da pesquisa empírica conduzida, de caráter qualiquantitativo, foi possível obter indicações de que os pecuaristas percebem mais desvantagens do que vantagens em se produzir carne bovina para exportação, especialmente pelo fato de que são os frigoríficos que estabelecem os preços nas transações domésticas. Sugerem também que a carne bovina brasileira destinada ao mercado doméstico é pior do que aquela destinada à exportação, reconhecendo-se ainda a segmentação do mercado interno, com exigências de qualidade diferenciadas.

REFERÊNCIAS

1. Mendes RE. O impacto financeiro da rastreabilidade em sistemas de produção de bovinos no Estado de Santa Catarina, Brasil. *Ciênc Rural*. 2006 Out;36(5):1524-8.
2. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 65, de 16 de dezembro de 2009. Altera a denominação do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, que passa a chamar-se Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV. DOU, Brasília, 17 de dezembro de 2009. Seção 1, p. 19.
3. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 1, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina – SISBOV. DOU, Brasília, 10 de janeiro de 2002. Seção 1, p. 6.

c. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

d. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

4. Velho JP, Barcellos JOJ, Lenger L, Elias AS, Oliveira TE. Disposição dos consumidores porto-alegrenses à compra de carne bovina com certificação. Rev Bras Zootec [Internet]. 2009 [acesso 28 Mai 2010];38(2). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-35982009000200025&lng=pt&nrm=iso
5. Lopes MA, Santos G. Principais dificuldades encontradas pelas certificadoras para rastrear bovinos. Rev Ciên Agrotecnol. 2007 Out;31(5):1552-7.
6. Furquim NR, Cyrillo DC. Uma análise do Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) em relação às exigências internacionais de rastreabilidade. Rev Economia Administração. 2012 Dez;11(4):482-505.
7. Febre aftosa: 41 países já anunciaram suspensão da compra de carne brasileira. AgroNotícias [Internet]. 2005 Out 21 [acesso 19 Nov 2011]. Disponível em: <http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2005/10/21h.htm>
8. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Mercado Mundial de Carne Bovina. [acesso 20 Jan 2011]. Disponível em: http://www.abiec.com.br/download/stat_mercadomundial.pdf
9. Mal da vaca louca pode demorar até dois anos para aparecer. Cenariomt.com.br [Internet]. 2012 Dez [acesso 19 Dez 2012]. Disponível em: <http://www.cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=256249&codDep=6>
10. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006. [acesso 29 Mai 2011]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/defaulttab_brasil.shtm
11. Lefèvre F, Lefèvre AMC. Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo – a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Brasília: Liber Livro Editora; 2010.
12. Fink A. How to sample in surveys. Thousand Oaks (CA): Sage; 1995.
13. Bickman L, Rog DJ. Handbook of applied social research methods. Thousand Oaks (CA): Sage; 1997.
14. Nicoloso CS, Silveira VCP. Os custos da rastreabilidade bovina e sua adoção pelos produtores no Rio Grande do Sul. Rev Congrega URCAMP [Internet]. 2010 [acesso 3 Feb 2013];1-16. Disponível em: <http://ati2.urcamp.tche.br/congrega2010/revista/artigos/631.pdf>
15. Oliveira CB, Bortoli EC, Barcellos JOJ. Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal. Ciên Rural. 2008;38(7):2092-6.
16. Urso FSP. A cadeia de carne bovina no Brasil: uma análise de poder de mercado e teoria da informação [tese]. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; 2007. (Tese de Doutorado em Economia)
17. Golani L, Mota R. O oligopsônio dos frigoríficos: uma análise empírica de poder de mercado. Insper Working Paper [Internet]. 2010 [acesso 10 Jan 2012]. Disponível em: http://www.insper.edu.br/sites/default/files/2010_wpe228_0.pdf
18. Pecuáristas acionam CADE contra “monopólio” do JBS. Brasil 247 [Internet]. 2012 Jul [acesso 15 Feb 2013]; Sect Economia. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/economia/67351/>
19. Carta de Campo Grande contra o monopólio dos frigoríficos. Rural Centro [Internet]. 2012 [acesso 15 Feb 2013]. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/analises/carta-de-campo-grande-contra-o-monopolio-dos-frigorificos-2557>
20. Polícia investiga suspeitos de abate animal clandestino em Jariquara, SP. G1 [Internet]. 2013 [acesso 20 Mar 2013]. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/policia-investiga-suspeitos-de-abate-animal-clandestino-em-jariquara-sp.html>
21. Belik W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde Soc [Internet]. 2003;12(1):12-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>
22. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC n. 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados. [acesso 18 Abr 2011]. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/36bf398047457db389d8dd3fbc4c6735/RDC_259.pdf?MOD=AJPERES
23. Brasil. Instrução Normativa n. 22, de 24 de novembro de 2005. Aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de origem animal embalado. [acesso 18 Abr 2011]. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=14493>
24. Má fiscalização a abates clandestinos prejudica setor da carne; categoria diz que culpa é de Estados. Jovem Pan [Internet]. 2013 [acesso 20 Mar 2013]. Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/economia/2013/03/ma-fiscalizacao-a-abates-clandestinos-prejudica-setor-da-carne-categoria-diz-que-culpa-e-de-estados.html>
25. Martins RS, Rebechi D, Prati CA, Conte H. Decisões estratégicas na logística do agronegócio: compensação de custos transporte-armazenagem para a soja no estado do Paraná. Rev Adm Contemporânea [Internet]. 2005 [acesso 8 Feb 2012];9(1). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552005000100004&script=sci_arttext